

40 anos do golpe de 1964

Tortura, prisões, assassinatos e desaparecimentos de opositores, proibição de partidos, intervenção em sindicatos, censura à imprensa e crescimento econômico acelerado: tudo isso fez parte da vida do Brasil durante o regime militar de 1964, o mais longo período de supressão das regras democráticas na história republicana do Brasil.

A ditadura militar durou 21 anos, de 31 de março de 1964, quando o presidente João Goulart foi deposto, a 15 de março de 1965, dia em que José Sarney assumiu a Presidência da República.

O golpe de Estado das Forças Armadas teve como pretexto o combate à ameaça comunista, à corrupção e à crise político-econômica que o Brasil enfrentava. No lugar de Goulart, assumiu uma junta formada por três chefes militares.

Uma violenta onda de repressão atingiu entidades como a União Nacional dos Estudantes (UNE), a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e as Ligas Camponesas. Milhares de pessoas foram presas. O golpe recebeu o apoio de setores importantes da elite nacional.

Os militares passam a decretar Atos Institucionais (AI) para dar força de lei a suas ações. O Ato Institucional nº 1 (AI-1), de abril de 1964, acaba com a eleição direta para presidente da República, dando ao Congresso Nacional o papel de Colégio Eleitoral. Com a cassação dos parlamentares da oposição, os apoiadores do golpe tornaram-se maioria no Parlamento, que indicou presidente o general Humberto de Alencar Castello Branco.

Governo Castello Branco

Castello Branco prometia que a intervenção militar seria curta e o poder voltaria aos civis logo que o país superasse as tensões que levaram ao golpe. No entanto, em seu mandato, de abril de 1964 a março de 1967, ele editou o AI-2 - dissolvendo os partidos políticos e permitindo ao Executivo cassar mandatos. Foi criado o sistema bipartidário que marcou o regime. A Aliança Renovadora Nacional (Arena) abrigava as forças de apoio direto ao regime, e os demais se reuniam no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), uma frente de oposição moderada.

Como as pressões pela volta à normalidade se acentuavam, foi editado o AI-3 em fevereiro de 1966, tornando indiretas as eleições para governador. Em novembro, veio o AI-4, que fechou o Congresso e transformou-o em Assembleia Constituinte. A nova Constituição, votada em janeiro de 1967, incorporou os atos institucionais, ampliou os poderes do presidente e reduziu os do Congresso.

Costa e Silva e o AI-5

O sucessor de Castello Branco foi o general Arthur da Costa e Silva, presidente de março de 1967 a agosto de 1969, quando se afastou do cargo por motivos de saúde.

Durante seu mandato, a oposição ao regime se acentuou e as manifestações populares se multiplicaram.

Em setembro, o deputado Márcio Moreira Alves, do MDB, fez da tribuna da Câmara duras críticas aos militares. Como o Congresso não deu autorização para que ele fosse processado, o governo, em 13 de dezembro, fechou o Congresso e decretou o AI-5, iniciando a fase mais dura do regime. A repressão policial se aprofundou, levando parte da esquerda a entrar na clandestinidade e a adotar a luta armada. Grupos radicais organizaram-se para a guerrilha urbana e começaram a promover atentados e, para obter fundos, assaltos a bancos.

O AI-5 permitiu ao presidente fechar o Congresso, instituir censura prévia nos meios de comunicação e limitar a ação do Judiciário. As forças policiais e militares passaram a ter carta branca para prender opositores do regime sem precisar de acusação formal nem registro e ficou facilitada a prática da tortura. O AI-5 vigorou por dez anos, até janeiro de 1979.

Junta militar

Afastado do poder por problemas de saúde, Costa e Silva foi substituído por uma junta militar, em agosto de 1969, que governou por dois meses. Nesse curto período, instituiu a pena de morte a quem praticasse ações "subversivas" e reabriu o Congresso para que os parlamentares oficializassem a escolha do novo presidente, o general Emílio Garrastazu Médici.

A junta criou ainda a figura do decurso de prazo: se um decreto-lei do governo passasse 45 dias no Congresso sem ser votado, entraria em vigor automaticamente sem precisar de aprovação.

"Milagre" econômico

O governo Médici, período mais repressivo do regime militar, ficou conhecido como os "anos de chumbo". Multiplicaram-se acusações de torturas e desaparecimento de opositores. Durante sua gestão, o país viveu também o chamado milagre econômico. De 1969 a 1973, graças a uma política de apoio ao crescimento e à exportação, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu em média 11,2% ao ano. O país aproveitou a facilidade para obter dinheiro no mercado externo e investiu em infra-estrutura — rodovias, usinas, telecomunicações. Como consequência, a dívida externa saltou de 3,5 bilhões de dólares no período para 17 bilhões de dólares.

O regime apelou ao ufanismo e criou a imagem do "Brasil Grande". Em meio à fuga de perseguidos para o exílio, adorou o slogan "Brasil, ame-o ou deixe-o". Sob intensa repressão, a luta armada perdeu força nas cidades e tentou organizar-se no interior, com a Guerrilha do Araguaia, mas acabou sendo vencida e desarticulada.

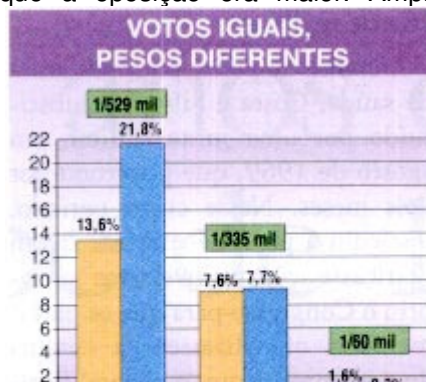
Geisel e a abertura

Acudado pelas pressões populares crescentes e pelos efeitos da crise internacional do petróleo, que deu fim ao milagre econômico, o presidente seguinte, general Ernesto Geisel, anunciou o projeto de abertura política "lenta, segura e gradual". Em seu mandato, de março de 1974 a março de 1979, as denúncias de tortura e morte não cessaram, mas diminuíram. A abertura, no entanto, era controlada pelo regime ditatorial. Em junho de 1976, foi promulgada a Lei Falcão, elaborada pelo ministro da Justiça, Armando Falcão, que proibia o debate político no horário gratuito de rádio e TV. Isso não impediu a vitória da oposição nas eleições legislativas daquele ano.



O MDB obteve 16 das 22 cadeiras em disputa no Senado, ampliando a bancada de 12% a 30%. Na Câmara, o salto foi de 28% para 44%.

Em 1977, ante a iminência de nova derrota eleitoral no ano seguinte, Geisel fechou o Congresso e editou um conjunto de regras eleitorais conhecido como "Pacote de Abril", em que introduziu mudanças que vigoram ainda hoje. A principal foi mexer na composição da Câmara dos Deputados, ampliando a bancada do Norte e Nordeste, mais favorável ao governo, em relação à do Sul e Sudeste, em que a oposição era maior. Ampliou também o quorum para mudanças na



Constituição de mais de 50% dos parlamentares para mais de dois terços (o que foi decisivo, em 1984, para a não-aprovação das Diretas Já). Foi criado também o senador biônico: dos três senadores de cada estado, um passou a ser escolhido pelos deputados estaduais. Como resultado, apesar de o MDB ter obtido 17,4 milhões de votos nas eleições para a Câmara dos Deputados em 1978, contra 13,1 milhões da Arena, o governo manteve a maioria.

Ao mesmo tempo, Geisel enquadrou os militares da "linha dura" – contrários à abertura. Em 1977 o regime assistiu à volta das greves. Surgiu no ABC paulista o movimento metalúrgico, liderado pelo torneiro mecânico Lula, Luiz Inácio da Silva.

Figueiredo e a anistia

A abertura continuou lenta na gestão do general João Baptista Figueiredo, que assumiu em março de 1979 para um mandato de seis anos. Foi restabelecida a liberdade de imprensa e publicada a lei de anistia, permitindo a libertação e a volta ao Brasil dos opositores do regime, mas também isentando os acusados de tortura e assassinatos sob as ordens da ditadura. A Arena e o MDB foram extintos e o pluripartidarismo, restabelecido. A Arena virou o Partido Democrático Social (PDS), enquanto a oposição se fragmentou em várias legendas. Em 1980 foram restabelecidas as eleições diretas para governador e extintos os senadores biônicos.

Em 1982, as oposições tiveram 25 milhões de votos para governador, contra 18 milhões do PDS. Foram eleitos 12 governadores da situação e 11 da oposição — dez do PMDB e um do PDT. Faltava restabelecer a eleição direra para presidente da República. A sociedade brasileira tentou realizá-la em 1984 mas o sucessor de Figueiredo ainda viria pelo Colégio Eleitoral.

Mesmo assim, a posse de José Sarney, em 15 de março de 1985, é considerada o fim do regime militar. Mas a transição só terminou mesmo em 1988, com a promulgação da nova Constituição e a convocação de eleições diretas para presidente em 1989.

20 ANOS DAS DIRETAS JÁ

O sucessor de João Baptista Figueiredo deveria ser eleito pelo Congresso Nacional em novembro de 1984. Um ano antes o PT organizou na Praça Charles Müller, em São Paulo, um ato com 10 mil pessoas pedindo eleições diretas. A iniciativa recebe o apoio da população e de outros setores oposicionistas. Novo ato na Praça da Sé, em fevereiro de 1984, reúne mais de 200 mil pessoas.

O móvel da campanha – que ganhou o nome de Diretas Já – era uma emenda à Constituição, do deputado Dante de Oliveira (PMDB-MT), restabelecendo as eleições diretas para presidente. Manifestações foram convocadas para as principais cidades do Brasil. Um ato na Candelária, no Rio, em abril, reuniu 1,2 milhão de pessoas. Seis dias depois, no Anhangabaú, em São Paulo, o público chegou a 1,7 milhão.

Apesar da mobilização nacional, em 25 de abril a Emenda Dante de Oliveira não obteve os dois terços necessários para aprovar uma alteração constitucional (quorum estabelecido pelo Pacote de Abril, de Geisel).

O PMDB e uma dissidência do PDS formam a Aliança Liberal e lançam o governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, como candidato a presidente no Colégio Eleitoral. Em 15 de janeiro de 1985, ele obteve a maioria, com 480 votos, contra 180 de Paulo Maluf, do PDS. Tancredo, porém, adoeceu três dias antes da posse, marcada para 15 de março, e morreu sem assumir. A Presidência foi ocupada pelo vice, o senador José Sarney. As oposições venceram sob as regras da ditadura, mas quem assumiu acabou sendo um político ligado ao regime militar, antigo presidente da própria Arena.

Primeiro desaparecido foi morto sob tortura

Advogados da família do guerrilheiro Virgílio Gomes da Silva, da ALN (Ação Libertadora Nacional), devem pedir ao governo de São Paulo que abra inquérito para investigar as circunstâncias de sua morte, ocorrida em 30 de setembro de 1969, com base em documentos que provam que ele foi morto pelo regime militar. Gomes da Silva, codinome Jonas, comandou o sequestro do embaixador dos EUA Charles Burke Eibrick, em 4 de setembro de 1969. Ele foi assassinado na sede da Oban (Operação Bandeirantes), em São Paulo. Os papéis, obtidos pelo jornalista Mário Magalhães, colunista da Folha, foram entregues à família que, com o apoio do grupo Tortura Nunca Mais, apresentou ontem a documentação no Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo. Ela inclui o laudo da autópsia de Gomes da Silva, o laudo com as impressões digitais identificando o corpo e fotos dele já morto.

Segundo Elio Gaspari (A Ditadura Escancarada), Gomes da Silva foi o primeiro "desaparecido" político após o AI-5: "A partir dele alterou-se no léxico do idioma o significado da palavra desaparecido. Deixou de designar algo que se perde de vista para qualificar os cidadãos assassinados em guarnições ou valhacoutos militares cujos cadáveres sumiam".

A intenção dos familiares é descobrir onde estão os restos mortais. Segundo o advogado Idibal Pivetta, os depoimentos dos médicos e policiais que assinam os documentos poderão esclarecer o fato. "Não queremos a condenação de ninguém. Queremos apenas que a verdade seja estabelecida", disse o advogado. A Secretaria de Segurança de São Paulo disse que a Polícia Civil aguarda a entrega da documentação para analisar a abertura de um inquérito. (...)

Na época da prisão, os filhos do casal eram menores: o mais velho, Viademir, tinha 8 anos; Virgílio, 4; e Isabel Maria, quatro meses. Eles ficaram detidos por um mês. A viúva ficou presa por nove meses, quatro deles incomunicável. (...)



As jóias bélicas. A capa da revista Cigarra mostra uma jovem vestida com a bandeira de São Paulo oferecendo suas jóias para serem transformadas em recursos para os paulistas que lutavam na Revolução de 1932.